



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

www.protocolo.pi.gov.br  
**AP.010.1.009296/15**  
Senha: 2198DD5

AL-P-(SGM) Nº 483

Teresina (PI), 08 de outubro de 2015.

Senhor Governador,

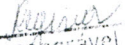
Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria da **Deputada Flora Izabel** que:

**“Dispõe sobre a obrigatoriedade do Programa Educacional Permanente de Resistência às Drogas e à Violência nas escolas públicas e privadas, em todo territorial do Estado do Piauí”.**

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**

ARQUIVO DO CAD. DO GOVERNADOR  
RECEBIDO EM 03/10/15  
  
Responsável



# ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

## INDICATIVO Nº 23 DE DE DE 2015

*Dispõe sobre a obrigatoriedade do Programa Educacional Permanente de "Resistência às Drogas e à Violência nas escolas públicas e privadas", em todo território do Estado do Piauí.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Tornar obrigatório o Programa Educacional de apoio permanente às Escolas Públicas e Privadas denominadas "Resistência às Drogas e à Violência" em todo território do Estado do Piauí.

Art. 2º Serão beneficiadas por este programa as escolas públicas e privadas do ensino fundamental e básico, aos progenitores e ao corpo docente.

Art. 3º O principal alvo do Programa é fazer com que as escolas participem, valorizando e mantendo a comunidade escolar longe das drogas.

Art. 4º As metas a se cumprir são:

- I - Organização de ações preventivas às drogas;
- II - Fatores de risco ao uso de drogas;
- III - Aplicação de técnicas de reconhecimento do uso de drogas;
- IV - Estratégias para o planejamento e realização das atividades;
- V - Diagnóstico da comunidade: identificar onde vivem, trabalham, e passeiam;
- VI - Capacitação profissional (policial militar e corpo docente);
- VII - Avaliação dos resultados.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento e suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina (PI), 30 de setembro de 2015.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Dep. **FERNANDO MONTEIRO**  
1º Secretário

Dep. **WILSON BRANDÃO**  
2º Secretário

